



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11402 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA SEGUNDA REPÚBLICA PARAENSE (1930-1935): ACOMPANHANDO O IDEÁRIO DE AVANÇO NACIONAL

Danielly Cristinne Barbosa de Campos - UFPA - Universidade Federal do Pará

Adrian Souza dos Santos - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Jessica Mesquita Vasconcelos - UFPA - Universidade Federal do Pará

**A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA SEGUNDA REPÚBLICA
PARAENSE (1930-1935): ACOMPANHANDO O IDEÁRIO DE AVANÇO
NACIONAL**

O presente estudo propõe-se a compreender o processo de organização do ensino primário na Segunda República Paraense, no período de 1930 e 1935 por meio de uma pesquisa histórica baseada em análise documental. Recorremos a este tipo de análise pois, reconhecemos o documento como “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (LE GOFF, 1990, p. 547). Nesta perspectiva, foram coletados, nos meses de janeiro a novembro de 2020, documentos que tratam da legislação educacional do período delimitado, assim como notícias de periódicos da época em questão sobre Magalhães Barata, governador da época, que nos permitiu entender melhor o contexto daquele momento histórico.

Antes de debatermos sobre nosso objeto de estudo e resultados da pesquisa, cabe contextualizar o cenário da situação educacional brasileira neste período. Este recorte temporal demarca o período de governo de Getúlio Vargas no Brasil, momento de ascensão do setor urbano-industrial e da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e diversificação do mercado após a quebra da bolsa de valores de 1929 (BASTOS, 2006).

É oportuno destacar que a década de 1920 representou o período em que mais apareceram os efeitos políticos do processo de urbanização e industrialização do país, e quando novas forças sociais advindas das camadas médias e das massas urbanas começaram a

reivindicar participação nas decisões, o que até então lhes havia sido negado. Por meio de diversificadas operações políticas, iniciaram contestações ao Estado oligárquico, na medida em que este não conseguia absorver estas demandas, justamente porque nesse período o Brasil se caracterizava pelo domínio das oligarquias agrárias, sobretudo dos cafeicultores que, em nível local, controlavam os votos de parentes, subordinados e aliados nas eleições de representantes no Congresso e de candidatos a Presidente e vice-presidente da República (PRESTES, 1993). Neste contexto, a grave crise de 1929 e a instabilidade política que perdurava nessa década, aliados à crescente insatisfação popular e à necessidade de reformas estruturais deste período, criaram as condições para um golpe armado que foi deflagrado em 1930, a partir do assassinato de João Pessoa, na Paraíba, e que ficou conhecido como uma revolução da qual esteve à frente Getúlio Dorneles Vargas.

Getúlio Vargas nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, formado pela Faculdade de Direito da cidade de Porto Alegre, foi eleito deputado à Assembléia (estadual) de Representantes pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1909 e presidente (governador) do Rio Grande do Sul em 1928, em 1929, candidatou-se à presidência da república pela Aliança Liberal, sendo derrotado por Júlio Prestes, no entanto, no dia 3 de novembro de 1930, Vargas passa a ser vitorioso da chamada Revolução de 30 e assumiu a chefia do governo provisório (1930-1934) (LAMOUNIER, 1988).

No bojo do movimento de 1930 iniciava-se um processo de constituição de um novo Estado e, como consequência, “[...] efetivava-se a concentração dos vários níveis da administração pública nas mãos do Executivo federal, bem como o controle sobre as políticas econômica e social” (MORAES, 1992, p. 291). Desse modo seu governo iniciou com uma grande reorganização no Congresso Nacional e nomeou interventores em vários estados por meio do Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930, que estabeleceu em seu artigo 11, que “O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados; em os quais ficarão os respectivos presidentes investidos dos Poderes aqui mencionados” (BRASIL, 1930).

O chefe nacional proclamou como palavra de ordem a construção de “um novo Estado que não fosse mera expressão do jogo político dominado pelas oligarquias mais poderosas e seus partidos republicanos regionais” (NAPOLITANO, 2018, p. 93). Segundo Araújo (2007), para promover o programa de reconstrução nacional do governo de Vargas, o Ministro de Educação e Saúde Pública Francisco Campos estabeleceu políticas que subordinaram os sistemas estaduais de educação e saúde, obrigando os sistemas educacionais nos Estados a se comportarem como ramificações da educação nacional, em seu amplo sentido.

Em meio a essa relação de poder e interesses, Getúlio nomeou como interventor federal no Pará o Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, com o objetivo de governar o estado. Barata seguiu as orientações nacionais e replicou as ações de Vargas

[...] desde o populismo, por meio da “assistência” para com as camadas

subalternas, até a maneira de governar no processo centralizador. Por certo, Magalhães Barata detinha uma característica que marcaria seu o governo e que se relacionava à sua identidade como interventor e à sua popularidade, a julgar por suas visitas que eram realizadas aos interiores do Pará (OLIVEIRA, SILVA e CASTRO, 2019, p. 210).

Nesta linha de raciocínio, Magalhães Barata, soube “[...] aproveitar essa ‘carência’ social para trilhar o seu mandato e, da mesma maneira, solucionar conflitos internos em que o estado se encontrava, com o objetivo de aumentar o seu favoritismo com as massas” (OLIVEIRA, SILVA e CASTRO, 2019, p. 211). Segundo Ribeiro (1998) Barata aproveitou o crescimento de sua popularidade junto aos paraenses e “procurava passar a imagem do guia dos paraenses, aquele que levaria o povo ao caminho do progresso dentro de uma ordem hierarquizada, valorizada pela própria condição de militar” (p. 19). Na concepção de Rocque (1999) Barata, do mesmo modo que Vargas, tentou encaminhar seu governo em direção à modernidade e se apresentava na qualidade do benevolente salvador regional da deterioração social.

Uma importante medida de Vargas, logo após assumir a chefia do Governo Provisório, foi a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do decreto nº 18.402 de 1930, cujo titular Francisco Campos, passou a tomar medidas legais em torno de uma nova organização da educação brasileira, o que veio a marcar a história educacional do país por meio de reformas inéditas e estruturantes. Dentre as ações governamentais em prol da educação, destaca-se: a organização do ensino secundário pelo decreto nº 19.850 e nº 19.890 de 1931, consolidadas pelo decreto nº 21.241 de 1932; organização do ensino superior no Brasil por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, através do decreto nº 19.851 de 1931 (MORAES, 1992). Ações que deixam entrever que a reforma proposta por Francisco Campos se restringiu aos níveis de ensino secundário e superior, ou seja, o ensino primário ou elementar não foi contemplado pela reforma, na medida em que continuava sob responsabilidade dos estados.

Acompanhando o movimento da esfera federal, Barata promoveu uma grande reforma educacional que ocasionou mudanças em relação à oferta do ensino, com a finalidade de corresponder aos interesses da nova república. De acordo com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* de 1938, a instrução pública paraense teve máxima atenção por parte de Magalhães Barata, tanto que promoveu várias reformas educacionais a exemplo da ocorrida em 1931 que deu nova organização a instrução primária e, posteriormente, ampliou-a por meio de uma Portaria assinada em 14 de fevereiro de 1933, a qual previa a organização dos programas de ensino primário noturno. Entre os atos administrativos direcionados para a educação pública, achamos importante destacar os decretos a seguir.

Quadro 1: Decretos destinados a Instrução Pública na primeira interventoria de Magalhães Barata (1930-1935)

Decretos	Súmulas
Nº 1 de 12 de novembro de 1930.	Dá nova organização aos serviços administrativos, criando quatro secretarias.
Nº 20 de 25 de novembro de 1930.	Crea a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado.
Nº 77 de 31 de dezembro de 1930.	Subordina à secretaria de Educação e Saúde Pública vários estabelecimento hospitalares e de ensino.
Nº 235 de 26 de março de 1931.	Dá Nova Organização ao Ensino Primário do Estado.
Nº 833 de 06 de janeiro de 1933.	Dá nova organização à Diretoria Geral da Educação e Ensino Público.
Nº 846 de 19 de janeiro de 1933.	Crêa um grupo escolar na cidade de Itaguany.
Nº 989 de 20 de junho de 1933.	Crêa uma escola elementar masculina em Taciategua, município de João Pessoa.
Nº 1.031 de 04 de agosto de 1933.	Institui o título de Professor venerando dos membros do magistério primário.
Nº 1.032 de 04 de agosto de 1933.	Institui o dia do professor primário.
Nº 1.125 de 19 de dezembro de 1933.	Crêa um grupo escolar na vila Fordlândia no território de Itaituba.
Nº 1.203 de 03 de fevereiro de 1934.	Dá nova organização as escolas auxiliares do interior e estabelece os vencimentos dos professores.
Nº 1.250 de 24 de março de 1934.	Crêa o grupo escolar na cidade de Monte alegre.
Nº 1.256 de 31 de março de 1934.	Crêa uma escola elementar mista em Vista Alegre no município de Curuçá.
Nº 1.493 de 31 de janeiro de 1934.	Crêa uma escola auxiliar mista no lugar “Garrafão”, município de Figueira Campos.
Nº 1.515 de 08 de fevereiro de 1935.	Crêa um grupo escolar de 2ª classe na cidade de Altamira.
Nº 1.524 de 12 de fevereiro de 1935.	Crêa uma escola auxiliar mista no lugar Igarapé do lago município de Macapá.
Nº 1.537 de 15 de fevereiro de 1935.	Crêa uma escola auxiliar mista no lugar Vista Alegre, no alto rio Atatá no município de Muaná.
Nº 1.539 de 18 de fevereiro de 1935.	Estabelece condições para concurso de professores primários (3ª entrada) na capital.
Nº 1.540 de 18 de fevereiro de 1935.	Dá nova organização à diretoria Geral de Educação e Ensino Público.
Nº 1.542 de 20 de fevereiro de 1935.	Crêa uma escola auxiliar mista no lugar Porto Alegre, no município de Maracanã.

Nº 1.543 de 21 de fevereiro de 1935.	Crêa uma escola mista no lugar Jacundá município de Marabá.
Nº 1.539 de 18 de fevereiro de 1935.	Estabelece condições para concurso de professores primários (3ª entrada) na capital.

Fonte: Arquivo Público do Pará.

É possível perceber que Magalhães Barata dedicou especial atenção à organização da instrução pública primária no Pará, assim como promoveu a ampliação de vagas na rede pública estadual entre 1930 a 1935. Esse destaque é percebido, sobretudo quando observamos o Decreto nº 15/1930 (que criou quatro secretarias de Estado: Interior, Justiça e Instrução Pública; Fazenda; Obras públicas, Terras e Viação; Agricultura e Pecuária), o Decreto nº 31/1930 (que criou a Secretaria de Educação e Saúde Pública), o Decreto nº 235/1931 (Dá Nova Organização ao Ensino Primário do Estado), o Decreto nº 1.650/1935 (que aprovou a reforma do regulamento do Ensino Primário do Estado), assim como os demais decretos que abordam a criação de escolas em vários municípios do estado, o que acabou gerando um aumento significativo das matrículas.

Um importante destaque diz respeito ao Decreto nº 31/1930 que criou a Secretaria de Educação e Saúde Pública que tinha como responsabilidade o estudo e todas as ações referentes ao ensino público e assistência hospitalar. Contudo, todas as ações desenvolvidas por essa secretaria eram orientadas pelo interventor federal, o que demonstra a centralização das ações do Estado.

No tocante à nova organização do Ensino Primário ocorrida em 1931, por meio do Decreto nº 235, é possível destacar que Barata considerou, entre vários aspectos o fato de que

[...] a antiga organização pedagógica da instrução pública primária do Estado não correspondia às exigências do aumento progressivo da população em idade escolar em virtude dos grupos escolares e escolas isoladas, sobretudo da capital, não comportarem mais o excesso de matrículas; [...] Considerando que é de grande alcance e de rigorosa necessidade a difusão do ensino para torná-lo obrigatório em todo o Estado (PARÁ, p. 100).

O ensino paraense passou a ser organizado da seguinte forma: escola infantil (duração de três anos), ensino primário (duração de cinco anos), o ensino prático popular (duração de dois anos) e o ensino especial (sem tempo determinado). É importante ressaltar que o ensino era obrigatório para meninos e meninas. Em relação às matrículas no estado é possível constatar, por meio de dados divulgados no jornal *O Estado do Pará* de 1934 que, de fato, houve uma ampliação significativa.

Quadro 2. Matrículas nos estabelecimentos públicos no Pará (1930-1935).

Ano	Número de matrículas
-----	----------------------

1930	20.543
1931	41.109
1932	45.029
1933	48.580
1934	57.342
1935	60.169

Fonte: Jornal O Estado do Pará, 1934.

Como é possível constatar o aumento das matrículas nos estabelecimentos públicos nos primeiros cinco anos do governo de Barata é incontestável. Do ano de 1930 quando o número de matrículas totalizava 20.543 até 1931, houve crescimento maior que o dobro totalizando 41.109 alunos matriculados. Uma análise geral em relação ao número de matrículas entre 1930 e 1935 permite averiguar um crescimento de 239%, o que caracteriza uma clara expansão - no mínimo - quantitativa das oportunidades de escolarização, que nos permitiu inferir que o interventor federal no Pará acompanhou o mesmo movimento da esfera federal.

No entanto, mesmo com todas essas mudanças, a persistência de problemas como a falta de igualdade no acesso à escola, e a baixa qualidade do ensino, aliados à ausência de planejamento das políticas educacionais ainda prevaleceram. Ao analisar o contexto Nacional à época, Saviani (2014) ressalta que, entre outros aspectos, houve um significativo aumento dos investimentos federais na área da educação, e para Ribeiro (2001) este aumento de investimento proporcionou a ampliação da organização das escolas, sobretudo no que se refere ao aumento das unidades escolares, do número de matrículas e de professores, como observamos no Estado do Pará, porém, isso não foi suficiente para transformar o ensino da época, embora estas fontes demonstrem que no governo de Barata, investimentos na educação eram tidos como fundamentais para promover o progresso do estado, tendo lugar de atenção especial do seu titular.

Durante o período da sua primeira interventoria Barata promoveu mudanças significativas no contexto da educação paraense, especialmente em relação à nova organização do ensino primário. Tais mudanças ocorreram por meio de um conjunto de legislações que versavam sobre criação da Secretaria de educação, criação de escolas, da organização da Diretoria Geral de Educação e o ensino público, entre outros. A política educacional desencadeada por Barata, a partir do movimento de 1930, incorporou as principais ideias das várias reformas ocorridas no contexto nacional representando um marco histórico importante, caracterizado pela expressiva expansão da oferta de vagas na educação pública paraense durante a primeira metade da década de 1930.

Diante dessas constatações é possível inferir que as medidas propostas por Magalhães Barata no período de 1930 a 1935, sobretudo em relação às reformas educacionais, foram estrategicamente criadas com o objetivo de administrar o Estado em consonância com as decisões em nível nacional, embora respeitando as características da região.

Palavras-chave: Educação Paraense; Década de 30; Legislação educacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. M. (2007). Plasticidade do plano de reconstrução educacional de Anísio Teixeira (1952-1964). *Revista Educativa*, v. 10, n. 1, p. 9-27.
- BASTOS, P. P. Z. (2006). A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia*, v. 7, n. 4, p. 239-275.
- COSTA, J. C. Z. (2014). Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. *História econômica & história de empresas*, v. 17, n. 1, p. 115-146.
- DALLABRIDA, N. (2009). A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Revista Educação*, v. 32, n. 2, p. 185-191.
- FORJAZ, M. C. S. (1989). *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LAMOUNIER, Bolivar. (1988). *Os grandes líderes*. São Paulo: Nova Cultura.
- LE GOFF, J. (1990) *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP.
- MORAES, M. C. M. (1992). Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 73, n. 17-4, p. 291-321.
- NAPOLITANO, M. (2018). *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, A. N. de; SILVA, L. E. F. da; CASTRO, J. L. de. (2019) Narrativas da repressão durante a intervenção militar no estado do Pará: memórias da censura ao jornal Folha do Norte (1930 – 1935). *Intexto*, n. 47, p. 208-225.
- PALMA FILHO, J. C. A. (2005) Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação. História da Educação*. São Paulo: PROGRAD/UNESP, p. 61-74.
- PRESTES, Anita L. (1993) *Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, M. L. S. (2001). *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez.
- RIBEIRO, José Roberto Silva. (1998). *A revolução de 30 e a educação no Pará: carisma e práticas políticas*. Belém: Meridional.
- ROCQUE, Carlos. (1999). *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: SECULT.
- SAVIANI, D. (2014) O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do Sistema Nacional de Educação. In: CUNHA, C. et al. (Org.). *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília: MEC/SASE, p. 15-29.
- VIDAL, Diana Gonçalves. (2013). 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

questões para debate. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, p. 577-588.